

Empresa de Tecnologia do Governo do Estado de São Paulo - Prodesp
Demonstrações financeiras acompanhadas do relatório dos auditores independentes



Sua conexão com o futuro.

Informações trimestrais (ITR) - 3T24

Em 30 de setembro de 2024



Índice

Relatório dos auditores independentes	3
Balanço patrimonial	5
Demonstração do resultado	6
Demonstração do resultado abrangente	7
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstração dos fluxos de caixa – método indireto	9
Demonstração do valor adicionado	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras do período findo em 30 de setembro de 2024	11

RELATÓRIO DE REVISÃO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

Aos
Acionistas e Conselheiros da
Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo - Prodesp
São Paulo - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo - Prodesp ("Empresa de Tecnologia do Governo do Estado de São Paulo, Prodesp ou Companhia") referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2024, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2024, e as respectivas demonstrações intermediárias do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos nessa data, e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com a NBC TG 21 (R4) - Demonstração intermediária e com a Norma Internacional IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Revisão de Informações Intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - "*Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*", respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias, incluídas nas informações trimestrais acima referidas, não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a NBC TG 21 (R4) e o IAS 34, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR).

Ênfase

Transações com partes relacionadas

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 25, a Companhia participa de transações com seu acionista controlador, a Fazenda do Estado de São Paulo, e com empresas/entidades a ela relacionadas, conforme Item 2 da sua política de transações com partes relacionadas, em conformidade com o Inciso VII, artigo 8º, da Lei Federal nº 13.303/16. De acordo com os Itens 25.1 e 25.2 da referida nota explicativa, em 30 de setembro de 2024, o montante dos saldos a receber pela Prodesp decorrentes de transações com partes relacionadas atingiu o valor de R\$ 714.964 mil (R\$ 829.969 mil em 31 de dezembro de 2023) e dos serviços prestados pela PRODESP, o valor de R\$ 1.191.236 mil (R\$ 1.367.463 mil em 30 de setembro de 2023). Portanto, as informações financeiras acima referidas devem ser lidas nesse contexto. Nossa conclusão não contém modificação relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstração intermediária do Valor Adicionado (DVA) - informação suplementar

As informações contábeis intermediárias acima referidas incluem a Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2024, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS. Essas informações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais com o objetivo de concluir se ela está conciliada com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 (R1) - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essa Demonstração do Valor Adicionado não foi elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa norma e de maneira consistente em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Auditoria e revisão dos valores correspondentes

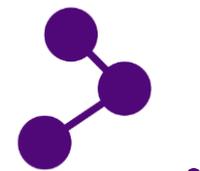
Os valores correspondentes às demonstrações financeiras contábeis de 31 de dezembro de 2023 e a revisão das informações contábeis intermediárias relativas ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2023 apresentados para fins de comparação, foram conduzidas sob responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram os relatórios de auditoria e de revisão, contendo parágrafos de ênfase referente a "Reapresentação das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2022" e "Transações com partes relacionadas" datados de 15 de março de 2024.

São Paulo, 29 de novembro de 2024.

Balanco patrimonial

Em 30 de setembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais)

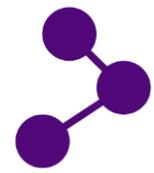


	Nota	30/09/2024	31/12/2023		Nota	30/09/2024	31/12/2023
Ativo				Passivo e patrimônio líquido			
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	471.482	549.004	Fornecedores	13	338.876	451.564
Contas a receber de clientes	6	595.407	472.131	Valores a pagar convênios	7	593.700	605.747
Valores a receber convênios	7	269.121	279.068	Salários e encargos sociais	14	98.748	81.326
Tributos a recuperar	8	96.380	78.009	Obrigações fiscais	15	59.185	59.417
Despesas antecipadas	9	92.016	314.768	Juros sobre o capital próprio	17.3	-	41.637
Outros ativos circulantes		34.274	14.948	Outros passivos circulantes		10.354	10.545
		1.558.680	1.707.928			1.100.863	1.250.236
Ativos não circulantes mantidos para venda	10	9.854	8.122	Não circulante			
		1.568.534	1.716.050	Fornecedores	13	4.044	6.969
Não circulante				Provisão para contingências	16	40.371	37.595
Realizável a longo prazo						44.415	44.564
Despesas antecipadas	9	8.337	31.003	Patrimônio líquido			
Depósitos para recursos		6.252	5.043	Capital social	17.1	744.841	668.232
Tributos diferidos	23.2	74.629	71.318	Reserva de lucros	17.2	46.837	123.446
Tributos a recuperar	8	334	356	Prejuízo acumulado		(42.860)	-
Investimentos		900	1.249			748.818	791.678
Imobilizado	11	141.316	156.596				
Intangível	12	93.794	104.863				
		325.562	370.428				
Total do ativo		1.894.096	2.086.478	Total do passivo e patrimônio líquido		1.894.096	2.086.478

Demonstração do resultado

Períodos de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto lucro por ações expresso em reais)

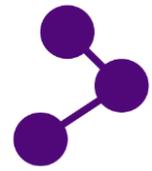


	Nota	Trimestre findo em 30 de setembro		Nove meses findos em 30 de setembro	
		2024	2023 (Reclassificado)	2024	2023 (Reclassificado)
Receita operacional líquida	18	688.654	556.105	1.663.895	1.532.480
Custo dos serviços prestados	19	(605.362)	(468.435)	(1.643.275)	(1.292.824)
Lucro bruto		83.292	87.670	20.620	239.656
Despesas com vendas, gerais e administrativas	20	(57.350)	(42.074)	(163.580)	(155.138)
Resultado com baixa de ativos imobilizado e intangível		1.391	92	1.024	318
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	21	7.236	(15.246)	69.447	(7.129)
Receitas (despesas) operacionais		(48.723)	(57.228)	(93.109)	(161.949)
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro		34.569	30.442	(72.489)	77.707
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	22	4.600	9.818	22.438	26.870
Despesas financeiras	22	(11.068)	(2)	(11.813)	(200)
		(6.468)	9.816	10.625	26.670
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		28.101	40.258	(61.864)	104.377
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferidos	23.1	(10.431)	12.959	19.004	(21.420)
Lucro líquido (prejuízo) do período		17.670	53.217	(42.860)	82.957
Lucro líquido (prejuízo) por lote de mil ações	24	1,42	4,28	(3,44)	6,67

Demonstração do resultado abrangente

Períodos de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)



	Trimestre findo em 30 de setembro		Nove meses findos em 30 de setembro	
	2024	2023	2024	2023
Lucro líquido (prejuízo) do período	17.670	53.217	(42.860)	82.957
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Total do resultado abrangente do período	17.670	53.217	(42.860)	82.957

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Em 30 de setembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)



	Nota	Capital social	Reserva de lucros		Ações em tesouraria	Lucro (prejuízo) acumulado	Total
			Reserva legal	Reserva de lucros			
Saldos em 31 de dezembro de 2022 (reapresentado)		668.232	6.629	76.608	(2)	-	751.467
Lucro líquido do período		-	-	-	-	82.957	82.957
Destinações do lucro líquido do período:							
Juros sobre o capital próprio propostos	17.3	-	-	-	-	(44.219)	(44.219)
Saldos em 30 de setembro de 2023		668.232	6.629	76.608	(2)	38.738	790.205
Saldos em 31 de dezembro de 2023		668.232	10.721	112.727	(2)	-	791.678
Aumento de capital social	17.1	76.609	-	(76.609)	-	-	-
Prejuízo do período		-	-	-	-	(42.860)	(42.860)
Saldos em 30 de setembro de 2024		744.841	10.721	36.118	(2)	(42.860)	748.818

Demonstração dos fluxos de caixa – método indireto

Períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)



	Nota	Nove meses findos em 30 de setembro	
		2024	2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		(61.864)	104.377
Ajustes para reconciliar o lucro do período ao caixa líquido gerado pelas atividades operacionais			
Depreciação e amortização	11 e 12	74.886	91.756
Reversão de provisão para perdas com crédito de liquidação duvidosa	21	68.935	6.492
Baixa de ativos imobilizado e intangível	11 e 12	17.720	1.770
Provisão para contingências		2.776	391
Outros		348	(76)
		102.801	204.710
Variações nos ativos e passivos operacionais			
Contas a receber de clientes		(192.211)	(82.631)
Valores a receber convênios		9.947	396.400
Tributos a recuperar		(2.656)	7.140
Despesas antecipadas		245.418	(1.480)
Depósito para recursos		(1.209)	(338)
Outros ativos		(19.326)	20.781
Fornecedores		(115.612)	(56.957)
Valores a pagar convênios		(12.047)	(458.623)
Salários e encargos sociais		17.422	3.878
Obrigações fiscais		7.676	25.490
Outros passivos		(191)	6.345
Imposto de renda e contribuição social pagos		(7.908)	(60.053)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		32.104	4.662
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Aquisições de imobilizado	11	(38.717)	(31.722)
Aquisições de intangível	12	(29.272)	(24.832)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(67.989)	(56.554)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Juros sobre o capital próprio pago		(41.637)	(28.745)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(41.637)	(28.745)
Redução de caixa e equivalentes de caixa no período		(77.522)	(80.637)
Saldos de caixa e equivalentes de caixa:			
No início do período	5	549.004	722.919
No final do período	5	471.482	642.282
Redução de caixa e equivalentes de caixa no período		(77.522)	(80.637)

Demonstração do valor adicionado

Períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)



	Nove meses findos em 30 de setembro	
	2024	2023 (Reclassificado)
Receitas	1.943.332	1.718.284
Receita com serviços prestados, líquida de abatimentos	1.874.397	1.724.776
Provisão para perdas com créditos de liquidação duvidosa	68.935	(6.492)
Insumos adquiridos de terceiros	(1.309.834)	(1.081.760)
Custo dos serviços prestados	(1.264.626)	(1.028.279)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(22.969)	(39.187)
Outros	(22.239)	(14.294)
Valor adicionado bruto	633.498	636.524
Depreciação e amortização	(79.221)	(89.418)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	554.277	547.106
Valor adicionado recebido em transferência	46.475	43.325
Receitas financeiras	22.439	26.870
Outras receitas	24.036	16.455
Valor adicionado total a distribuir	600.752	590.431
Distribuição do valor adicionado	(600.752)	(590.431)
Pessoal	(372.064)	(323.131)
Remuneração direta	(284.403)	(254.350)
Benefícios	(66.575)	(50.684)
Encargos	(21.086)	(18.097)
Impostos, taxas e contribuições	(259.735)	(184.143)
Federais	(219.417)	(146.661)
Municipais	(40.318)	(37.482)
Remuneração de capital de terceiros	(11.813)	(200)
Juros	(70)	(200)
Outros	(11.743)	-
Remuneração de capitais próprios	42.860	(82.957)
Juros sobre capital próprio	-	(44.219)
Lucros retidos (prejuízo) no período	42.860	(38.738)



1. Contexto operacional

A Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo - Prodesp (“Empresa de Tecnologia do Governo do Estado de São Paulo” ou “Prodesp” ou “Companhia”) é a empresa pública de tecnologia da informação e comunicação do Estado de São Paulo, fundada em 1969, com sede em Taboão da Serra e filiais em outras cidades. A Prodesp é controlada pela Fazenda do Estado de São Paulo e segue as leis federais e estaduais que regulam as empresas estatais. A Prodesp provê uma ampla variedade de soluções digitais para o setor público e para a sociedade, tais como: publicação do Diário Oficial e serviços editoriais; certificação digital; desenvolvimento de sistemas; operações de TI; terceirização de processos de negócios; serviços profissionais de segurança da informação e consultoria especializada; assessoramento técnico a órgãos da administração pública em geral; execução de serviços de TI por meio de contratos com entidades privadas; implantação, operação e gerenciamento dos Postos de Serviços Poupatempo; e operacionalização do Programa Bolsa do Povo, que integra diversas iniciativas sociais do governo estadual.

A Prodesp atende órgãos e entidades da administração direta e indireta do Governo do Estado de São Paulo, além de entidades dos poderes legislativo e judiciário estaduais, prefeituras, câmaras municipais, empresas públicas e privadas, organizações sociais e outras instituições que demandam soluções de tecnologia da informação e comunicação. A Companhia possui acordos firmados com diferentes empresas para obtenção de descontos sobre os preços de mercado e para tornar mais ágeis as contratações de licenças de uso e serviços de suporte e treinamentos técnicos dos programas de softwares.

A Companhia tem um papel fundamental na transformação digital do Estado de São Paulo, pois é a empresa responsável por prover as soluções de tecnologia da informação e comunicação que viabilizam a digitalização dos serviços públicos e a melhoria da gestão pública. A Prodesp atua em parceria com os órgãos e entidades estaduais, oferecendo soluções prontas ou customizadas, de acordo com as necessidades e demandas de cada um. A Prodesp também apoia a implementação das diretrizes da Estratégia de Governo Digital do Estado, que tem como objetivo tornar São Paulo um Estado cada vez mais tecnológico, transparente, eficiente e acessível para toda a população. O governo estadual tem o compromisso de transformar o Estado por meio da tecnologia, e conta com a Prodesp como uma aliada nesse processo. A Prodesp tem como missão prover soluções de tecnologia da informação e comunicação que contribuam para a eficiência do setor público e para a simplificação da vida do cidadão, por meio de inovações tecnológicas.

A Prodesp participa de diversos programas e projetos que visam melhorar a qualidade dos serviços públicos e a vida dos cidadãos paulistas, por meio da tecnologia da informação e comunicação. Entre eles, destacam-se:

- **Poupatempo:** programa que reúne 244 unidades físicas e canais eletrônicos para realizar serviços de forma online, como o portal, aplicativo, totens de autoatendimento ou ainda pelo WhatsApp. Entre as opções disponibilizadas, estão a renovação de CNH, licenciamento de veículos, consulta de IPVA, Carteira de Trabalho Digital, seguro-desemprego, atestado de antecedentes criminais, pesquisa de débitos de veículos, entre outros. O Poupatempo é referência em inovação e qualidade na prestação de serviços públicos, com alto índice de



aprovação do cidadão. A Prodesp é a responsável pela implantação e operacionalização do programa desde 1997.

- **Bolsa do Povo:** programa que tem como objetivo concentrar a gestão dos benefícios, ações e projetos, com ou sem transferência de renda, para atendimento de pessoas em situação de vulnerabilidade social no Estado de São Paulo. O programa abrange diversas iniciativas sociais do governo estadual em diferentes áreas.

Plano São Paulo na Direção Certa - Decreto nº 68.538/2024

Em 22 de maio de 2024, foi promulgado o Decreto nº 68.538, que instituiu o Plano "São Paulo na Direção Certa", com o objetivo de modernizar a Administração Pública estadual, aumentar a eficiência dos gastos, fomentar investimentos estratégicos e reduzir despesas correntes. O plano é aplicável a uma ampla gama de entes da administração pública estadual, abrangendo órgãos, autarquias, fundações instituídas ou mantidas pelo Estado de São Paulo e empresas estatais dependentes, excluindo, no entanto, as universidades públicas estaduais.

Embora o decreto não tenha aplicação direta à Prodesp, como fornecedora de soluções tecnológicas para secretarias, autarquias e outras entidades estaduais, a Prodesp continua sendo impactada pelas medidas de contenção de despesas implementadas. Durante o terceiro trimestre de 2024, as secretarias mantiveram suas estratégias de controle orçamentário, ajustando suas operações e demandas em conformidade com as novas diretrizes. Esse cenário resultou em um desempenho de receitas da Prodesp abaixo das expectativas, refletindo os impactos dessas políticas de contenção de despesas.

Por outro lado, a estratégia de transformação digital promovida pelo governo gerou novas oportunidades, aumentando a demanda por projetos tecnológicos, com parte dessas receitas já reconhecidas pela Companhia. A Prodesp intensificou seus esforços em iniciativas estratégicas, como a cibersegurança e a implementação de soluções de automação e gestão de serviços. Esses projetos são essenciais para fortalecer a segurança digital das entidades públicas e otimizar suas operações por meio da automação. A expectativa é que as novas receitas provenientes dessas iniciativas continuem a ser geradas no próximo trimestre, compensando os impactos decorrentes do decreto.

2. Políticas contábeis

As informações trimestrais de 30 de setembro de 2024 foram preparadas tomando-se por base as disposições da Norma Brasileira de Contabilidade – NBC TG 21 (R4) – Demonstrações Intermediárias e estão em conformidade com a norma internacional de contabilidade – IAS 34 – *Interim Financial Reporting* emitida pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*. As informações trimestrais contemplam os requisitos mínimos de divulgação, bem como outras informações consideradas relevantes, portanto, não incorporam todas as notas e divulgações exigidas pelas normas das demonstrações financeiras anuais.



As informações trimestrais foram preparadas com base no custo histórico, exceto nas situações mencionadas nas práticas contábeis a seguir, são apresentadas em milhares de reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia, e estão apresentadas de forma comparativa em relação ao exercício anterior.

2.1. Reconhecimento das receitas de contratos com clientes

As receitas são reconhecidas na demonstração do resultado em contrapartida à conta de “Contas a receber de clientes” no balanço patrimonial quando o controle sobre os serviços é transferido para o cliente pelo valor que reflita a contraprestação à qual a Companhia espera ter direito em troca desses serviços e já são registradas deduzidas de quaisquer estimativas de abatimentos, descontos e glosas.

As receitas são faturadas separadamente e reconhecidas ao longo do tempo à medida que os serviços são executados pela Prodesp ou consumidos pelos seus clientes. Os consumos são atestados por meio de medições mensais, e após o aceite são faturados ao cliente.

Os principais serviços oferecidos pela Prodesp são:

- **Multicloud:** fornecimento de poder computacional (*CPU*, memória e sistema operacional, armazenamento e retenção de dados, em alta ou baixa plataforma) que mescla soluções próprias do *Data Center* Prodesp e soluções de mercado;
- **Acordos operacionais:** soluções utilizando as melhores práticas de mercado e tecnologia de ponta, por meio de acordos operacionais com grandes *players* de mercado;
- **Municípios conectados:** soluções, produtos e serviços tecnológicos que atuam na ampliação dos serviços à população, melhoria da gestão pública e na qualidade de vida das pessoas, permitindo que os municípios possam, considerando seu nível de maturidade em tecnologia, iniciar, ampliar ou potencializar o uso de Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) como elemento de gestão e operação de cidades;
- **Soluções Prodesp:** desenvolvimento sob demanda de soluções tecnológicas; e
- **Outsourcing TIC:** prestação de serviços de atendimento e suporte técnico de TI.

2.2. Tributos

Imposto de renda e contribuição social - correntes

Os ativos e passivos de tributos correntes referente aos exercícios corrente e anterior são mensurados pelo valor esperado a ser recuperado ou pago às autoridades tributárias. A Prodesp tributa seus lucros pelo regime do Lucro Real Anual.

Imposto de renda e contribuição social - diferidos

O tributo diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. A Companhia reconhece passivos fiscais diferidos para todas as diferenças temporárias e ativos fiscais diferidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas



tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados.

O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todos ou parte do ativo fiscal diferido venha a ser utilizado. Ativos fiscais baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos fiscais diferidos sejam recuperados.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados à taxa de impostos que é esperada de ser aplicável ao ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas alíquotas tributárias definidas pelas legislações tributárias vigentes na data do balanço. As alíquotas nominais praticadas são de 25% para o imposto de renda de 9% para a contribuição social.

Os tributos diferidos são reconhecidos de acordo com a transação que o originou, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.

A Prodesp contabiliza os ativos e passivos fiscais correntes de forma líquida se, e somente se, possuir o direito legalmente executável de fazer ou receber um único pagamento líquido e se pretender fazer ou receber esse pagamento líquido ou recuperar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. A contabilização dos ativos e passivos fiscais diferidos líquidos, por sua vez, é efetuada pela Companhia se, e somente se, a Prodesp tem o direito legalmente executável de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e se os ativos fiscais diferidos e os passivos fiscais diferidos estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária.

Tributos sobre vendas

As despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos tributos sobre vendas, exceto:

- Quando os tributos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não são recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o tributo sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item despesa, conforme o caso;
- Quando os valores a receber e a pagar são apresentados junto com o valor dos tributos sobre vendas; e
- Quando o valor líquido dos tributos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

2.3. Despesas antecipadas

A Prodesp classifica como despesas antecipadas a aplicação de recursos em despesas que irão incorrer em períodos subsequentes, estas aplicações de recursos, essencialmente, não retornarão para Companhia em forma de dinheiro e não representam bens fisicamente existentes.



Software as a Service (SaaS)

São qualificados como *SaaS* (*software* como serviços) as aquisições de *softwares* e soluções em tecnologia da informação de um fornecedor na forma de serviços. O controle sobre o ativo permanece com o fornecedor dos serviços, desta forma, não satisfazendo as condições exigidas para qualificá-lo como intangível.

A Prodesp reconhece as aquisições de *SaaS* como despesas antecipadas pelo custo de aquisição e apropria na demonstração do resultado de forma sistemática e linear pelo prazo de vigência dos contratos. Estes contratos possuem prazos de vigência entre 12 e 24 meses, as parcelas amortizáveis em até 12 meses são classificadas no ativo circulante e as demais são classificadas como ativo não circulante.

2.4. Ativos não circulantes mantidos para venda

A Companhia classifica um ativo não circulante como mantido para venda quando o seu valor contábil será recuperado, principalmente, por meio da transação de venda em vez do uso contínuo. Esses ativos não circulantes mantidos para venda são mensurados pelo menor valor entre o seu valor contábil e o valor justo líquido das despesas de venda. As despesas de venda são representadas pelas despesas incrementais diretamente atribuíveis à venda, excluídas as financeiras e os tributos sobre o lucro.

Os critérios de classificação de ativos não circulantes mantidos para venda são atendidos quando a venda é altamente provável e o ativo ou grupo de ativos mantido para venda está disponível para venda imediata em suas condições atuais, sujeito apenas aos termos que sejam habituais e costumeiros para venda. O nível hierárquico de gestão apropriado da Companhia deve estar comprometido com o plano de venda do ativo, tendo sido iniciado um programa firme para localizar um comprador e conclusão do plano em até um ano a partir da data de classificação.

O ativo imobilizado e o ativo intangível não são depreciados ou amortizados quando classificados como mantidos para venda. Ativos e passivos classificados como mantidos para venda são apresentados separadamente como itens circulantes no balanço patrimonial.

Divulgações adicionais são apresentadas na Nota 10. Todas as demais notas às demonstrações financeiras incluem valores para operações em continuidade, exceto quando mencionado de outra forma.

2.5. Distribuição de lucros

A distribuição de lucros é no mínimo de 25% do lucro auferido no exercício após destinações previstas no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações. Essas distribuições são priorizadas na forma de juros sobre capital próprio até os limites legais previstos e devem ser ratificadas na Assembleia Geral dos Acionistas.

A Companhia reconhece um passivo para pagamento de distribuição de lucros aos acionistas quando essa distribuição é autorizada e deixa de ser uma opção da empresa, quando prevista em sua política de distribuição de lucros ou ainda quando previsto em Lei. Conforme a legislação societária vigente, uma distribuição é



autorizada quando aprovada pelos acionistas e o montante correspondente é diretamente reconhecido no patrimônio líquido.

2.6. Imobilizado

Os ativos imobilizados são demonstrados ao custo de aquisição, líquido de tributos recuperáveis, depreciação acumulada e perdas acumuladas por perda por redução ao valor recuperável, se houver. Esse custo inclui o custo de reposição do ativo imobilizado e custos de financiamentos para projetos de construção de longo prazo se os critérios de reconhecimento forem atendidos. Quando partes significativas do ativo imobilizado precisarem ser substituídas em intervalos, a Prodesp as deprecia separadamente com base em sua vida útil específica. Da mesma forma, quando for realizada uma inspeção de grande porte, seu custo é reconhecido no valor contábil do ativo imobilizado como substituição, se os critérios de reconhecimento forem atendidos. Todos os demais custos de reparo e manutenção são reconhecidos no resultado, quando incorridos. O valor presente do custo esperado para descontinuação de um ativo após seu uso é incluído no custo do respectivo ativo se forem atendidos os critérios de reconhecimento para uma provisão.

A depreciação é calculada com base no método linear ao longo da vida útil estimada dos ativos, conforme a seguir apresentado:

- Edifícios: 25 anos;
- Benfeitorias: 20 anos;
- Móveis e utensílios: 10 anos;
- Máquinas e equipamentos: 5 anos; e
- Veículos: 5 anos.

Um item de imobilizado é baixado quando alienado, por exemplo, na data que o comprador obtém controle, ou quando nenhum benefício econômico futuro é esperado decorrente do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual, a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício e ajustados de forma prospectiva quando for o caso.

2.7. Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo de aquisição menos tributos recuperáveis no momento do seu reconhecimento inicial e após o reconhecimento inicial são apresentados ao custo menos tributos recuperáveis, amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável.



A Prodesp registra ativos intangíveis apenas quando o ativo é identificável, quando o controla, quando o custo pode ser mensurado com confiabilidade e quando há evidências de que o ativo seja capaz de gerar benefícios econômicos futuros por meio da sua utilização ou emprego nas atividades da Companhia.

A Companhia cessa a capitalização de gastos com intangível a partir do momento que o ativo se encontra nas condições operacionais pretendidas pela Administração. Os gastos subsequentes ao fim da capitalização do ativo são reconhecidos na demonstração do resultado quando incorridos.

A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida. Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil-econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo no fim de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida útil definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

A Prodesp não possui ativos qualificados como intangíveis com vida útil indefinida.

Um ativo intangível é baixado quando da sua alienação, ou seja, a data em que o beneficiário obtém o controle do ativo relacionado, ou quando não são esperados benefícios econômicos futuros a partir de sua utilização ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é reconhecido na demonstração do resultado do exercício.

Custos de pesquisa e desenvolvimento

Os gastos com pesquisas são registrados como despesas, quando incorridos, e os gastos com desenvolvimento vinculados a inovações tecnológicas dos produtos existentes são capitalizados, quando atendidos todos os aspectos a seguir enumerados:

- Pode ser demonstrada a viabilidade técnica para concluir o ativo de forma que ele seja disponibilizado para uso ou venda;
- Há a intenção e capacidade da Companhia de concluir o ativo intangível e de usá-lo ou vendê-lo;
- Pode ser demonstrada a forma pela qual o ativo intangível gerará benefícios econômicos futuros;
- A Prodesp possui recursos técnicos, financeiros e outros recursos adequados para concluir seu desenvolvimento e usar ou vender o ativo intangível; e
- A Companhia possui a capacidade de mensurar com confiabilidade os gastos atribuíveis ao ativo intangível durante seu desenvolvimento.



Software

A Prodesp classifica como *software* as aquisições de licenças de programas de computador e de sistemas de gestão empresarial. Os gastos associados à manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado quando incorridos.

Contratos de SaaS não são qualificados como intangível devido ausência de controle do ativo. Estes gastos são qualificados como despesas antecipadas conforme descrito na Nota 2.3.

2.8. Instrumentos financeiros

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade.

Ativos financeiros

• Reconhecimento inicial

Ativos financeiros são mensurados, no reconhecimento inicial, ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Prodesp para a gestão desses ativos financeiros. A Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao valor justo. No caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado, exceto as contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo, são acrescidos os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de um ativo financeiro.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócio adotado.

• Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias:

- Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida);
- Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida);
- Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais); e



- Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida)

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Os ativos financeiros da Prodesp ao custo amortizado incluem apenas as contas a receber de clientes.

Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (instrumentos de dívida)

Para os instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, a receita de juros, a reavaliação cambial e as perdas ou reversões de redução ao valor recuperável são reconhecidas na demonstração do resultado e calculadas da mesma maneira que os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado. As alterações restantes no valor justo são reconhecidas em outros resultados abrangentes. No momento do desreconhecimento, a mudança acumulada do valor justo reconhecida em outros resultados abrangentes é reclassificada para resultado.

A Prodesp não possui ativos qualificados como instrumentos de dívida.

Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (instrumentos patrimoniais)

No reconhecimento inicial, a Companhia pode optar, em caráter irrevogável, pela classificação de seus instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes quando atenderem à definição de patrimônio líquido nos termos do CPC 39 - Instrumentos Financeiros: Apresentação e não forem mantidos para negociação. A classificação é determinada considerando-se cada instrumento especificamente. Ganhos e perdas sobre esses ativos financeiros nunca são reclassificados para resultado.

A Prodesp não possui ativos qualificados nesta categoria.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

A Prodesp não possui ativos qualificados nesta categoria.

• Desreconhecimento

Um ativo financeiro ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes é desreconhecido quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram; ou



- A Prodesp transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e: (i) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (ii) a Companhia nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo;
- Quando a Companhia transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ele avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, a Companhia continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado. Nesse caso, a Prodesp também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidos pela Prodesp; e
- O envolvimento contínuo sob a forma de garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo menor valor entre: (i) o valor do ativo; e (ii) o valor máximo da contraprestação recebida que a entidade pode ser obrigada a restituir (valor da garantia).

• Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

A Prodesp reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que a Prodesp espera receber.

Para contas a receber de clientes e ativos de contrato, a Prodesp aplica uma abordagem simplificada no cálculo das perdas de crédito esperadas. Portanto, não acompanha as alterações no risco de crédito, mas reconhece uma provisão para perdas com base em perdas de crédito esperadas vitalícias em cada data-base.

A Prodesp considera um ativo financeiro em situação de inadimplemento quando os pagamentos contratuais estão vencidos há 365 dias. No entanto, em certos casos, a Companhia também pode considerar que um ativo financeiro está em inadimplemento quando informações internas ou externas indicam ser improvável a Prodesp receber integralmente os valores contratuais em aberto. Um ativo financeiro é baixado quando não há expectativa razoável de recuperação dos fluxos de caixa contratuais.

Passivos financeiros

• Reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo. Os passivos financeiros da Prodesp incluem fornecedores e juros sobre capital próprio a pagar. Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros são classificados ao custo amortizado.



• **Desreconhecimento**

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial individual se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

2.9. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Prodesp revisa anualmente o valor recuperável dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

A perda por desvalorização do ativo é reconhecida no resultado de forma consistente com a função do ativo sujeito à perda.

Para ativos com vida útil indefinida é efetuada uma avaliação em cada data de reporte para determinar se existe um indicativo de que as perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. Se tal indicativo existir, a Prodesp estima o valor recuperável do ativo ou da unidade geradora de caixa. Uma perda por redução ao valor recuperável de um ativo previamente reconhecida é revertida apenas se tiver havido mudança nas estimativas utilizadas para determinar o valor recuperável do ativo desde a última perda por desvalorização que foi reconhecida. A reversão é limitada para que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido determinado (líquido de depreciação, amortização ou exaustão), caso nenhuma perda por desvalorização tivesse sido reconhecida para o ativo em anos anteriores. Essa reversão é reconhecida no resultado.



2.10. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos em contas correntes bancárias e depósitos a curto prazo com alta liquidez e vencimento de três meses ou menos, a contar da data de contratação e sujeitos a risco insignificante de mudança de valor. Esses saldos são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins.

2.11. Provisões

Provisões são reconhecidas quando existe uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado. É provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Prodesp espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Se o efeito do valor temporal do dinheiro for significativo, as provisões são descontadas utilizando uma taxa corrente antes dos tributos que reflete os riscos específicos ao passivo, quando adequado. Quando for adotado desconto, o aumento na provisão devido à passagem do tempo é reconhecido como custo de financiamento.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações financeiras requer que a administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, e as respectivas divulgações. As estimativas e premissas contábeis são continuamente revisadas pela Administração. Os julgamentos, estimativas e premissas com efeitos mais significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras e que têm um risco significativo de causar um ajuste material nos valores contábeis dos ativos e passivos no próximo exercício social, estão descritas a seguir.

A Prodesp baseou suas premissas e estimativas em parâmetros disponíveis quando as demonstrações financeiras individuais foram preparadas. No entanto, as circunstâncias existentes e as premissas sobre



desenvolvimentos futuros podem mudar devido a alterações de mercado ou circunstâncias que estão além do controle da Companhia. Tais mudanças são refletidas nas premissas quando ocorrem.

• **Ativos mantidos para venda**

Em 17 de novembro de 2023, o Conselho de Administração aprovou a decisão de alienar os imóveis da antiga unidade Mooca, assim, o referido ativo foi reclassificado para o grupo mantido para venda. A Administração considerou que o ativo satisfaz os critérios para ser classificado como mantido para venda pelos seguintes motivos:

- Está disponível para venda imediata; e
- O Conselho de Administração aprovou a venda em 17 de novembro de 2023.

• **Provisão para perdas de crédito esperadas para contas a receber**

Para contas a receber de clientes, a Prodesp aplica o cálculo das perdas de crédito esperadas considerando os valores vencidos há 365 dias e, em certos casos, realiza uma análise detalhada quando informações internas ou externas indicam ser improvável a recuperação destes créditos pela Prodesp.

• **Tributos diferidos**

A Prodesp realiza julgamentos para determinar o reconhecimento e o valor dos tributos diferidos nas demonstrações financeiras. Os ativos fiscais diferidos são reconhecidos se for provável a existência de lucros tributáveis futuros.

A movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias está apresentada na Nota 23.2.

• **Despesas antecipadas**

A Prodesp avalia que nas aquisições de SaaS o controle sobre o ativo permanece com o prestador dos serviços, não sendo transferido para a Companhia, desta forma, estes ativos não podem ser qualificados como intangíveis.

A Companhia qualifica os ativos de SaaS como despesas antecipadas e apropria ao resultado por meio de amortizações lineares pelo prazo de duração dos contratos.

• **Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas**

Provisões são constituídas para os processos judiciais de naturezas tributária, cível e trabalhista que apresentem riscos de perdas considerados como prováveis. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados internos.

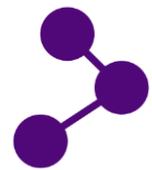


4. Reclassificações:

Para melhor apresentação das Demonstrações Financeiras e, decorrente disto, para manter a comparabilidade das informações divulgadas, a Companhia realizou a reclassificação de itens da demonstração do resultado do período findo em 30 de setembro de 2023 conforme seguem:

4.1. Demonstração do resultado do exercício:

	Trimestre findo em 30 de setembro de 2023			Nove meses findos em 30 de setembro de 2023		
	Originalmente apresentado	Reclassificações	Reclassificado	Originalmente apresentado	Reclassificações	Reclassificado
Receita operacional líquida	556.105	-	556.105	1.532.480	-	1.532.480
Custo dos serviços prestados	(460.126)	(8.309)	(468.435)	(1.310.354)	17.530	(1.292.824)
Lucro bruto	95.979	(8.309)	87.670	222.126	17.530	239.656
Despesas com vendas, gerais e administrativas	(56.202)	14.128	(42.074)	(160.186)	5.048	(155.138)
Resultado com baixa de ativos imobilizado e intangível	-	92	92	-	318	318
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(9.335)	(5.911)	(15.246)	15.767	(22.896)	(7.129)
Receitas (despesas) operacionais	(65.537)	8.309	(57.228)	(144.419)	(17.530)	(161.949)
Lucro operacional antes do resultado financeiro	30.442	-	30.442	77.707	-	77.707



4.2. Demonstração do valor adicionado:

	Nove meses findos em 30 de setembro de 2023		
	Originalmente apresentado	Reclassificações	Reclassificado
Receitas	1.751.977	(33.693)	1.718.284
Receita com serviços prestados, líquida de abatimentos	1.758.151	(33.375)	1.724.776
Resultado com baixa do ativo fixo	318	(318)	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(6.492)	-	(6.492)
Insumos adquiridos de terceiros	(1.063.479)	(18.281)	(1.081.760)
Custo dos serviços prestados	(974.244)	(54.035)	(1.028.279)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(72.644)	33.457	(39.187)
Outros	(16.591)	2.297	(14.294)
Valor adicionado bruto	688.498	(51.974)	636.524
Depreciação e amortização	(84.836)	(4.582)	(89.418)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	603.662	(56.556)	547.106
Valor adicionado recebido em transferência	42.028	1.297	43.325
Receitas financeiras	26.579	291	26.870
Outras receitas	15.449	1.006	16.455
Valor adicionado total a distribuir	645.690	(55.259)	590.431
Distribuição do valor adicionado	(645.690)	55.259	(590.431)
Pessoal	(304.798)	(18.333)	(323.131)
Impostos, taxas e contribuições	(226.910)	42.767	(184.143)
Remuneração de capital de terceiros	(82.957)	82.757	(200)
Remuneração de capitais próprios	(31.025)	(51.932)	(82.957)



5. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>30/09/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Caixa	12	15
Depósitos bancários	1.742	2
Aplicação financeira	469.728	548.987
	<u>471.482</u>	<u>549.004</u>
Poupatempo (Nota 7.1)	(121.791)	(89.512)
Bolsa do Povo (Nota 7.2)	(202.788)	(237.167)
Prodesp	<u>146.903</u>	<u>222.325</u>

Os saldos das aplicações financeiras contemplam aplicações e rendimentos financeiros em fundos de investimento de curto prazo de liquidez imediata e de baixo risco, auferidos e reconhecidos *pro rata die* até a data do balanço, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

A Prodesp, na qualidade de executora dos programas Poupatempo e Bolsa do Povo, mantém contas patrimoniais e bancárias dedicadas exclusivamente para o recebimento de recursos do Governo do Estado de São Paulo e liquidações de obrigações destinados à manutenção e funcionamento dos programas, não incorrendo em acréscimos ou decréscimos patrimoniais decorrentes desta atividade.

6. Contas a receber de clientes

Os valores a receber estão representados por vendas e serviços prestados substancialmente a pessoas jurídicas de direito público em geral.

	<u>30/09/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Contas a receber	227.892	68.493
Contas a receber de partes relacionadas (Nota 25.1)	445.843	550.901
	<u>673.735</u>	<u>619.394</u>
Provisão para perdas esperadas com crédito de liquidação duvidosa	(78.328)	(147.263)
Total de contas a receber, liquidas	<u>595.407</u>	<u>472.131</u>

São classificados como partes relacionadas os clientes sob o controle do Poder Executivo do Estado de São Paulo, conforme apresentado na Nota 25 – Saldos e transações com partes relacionadas. Os clientes controlados pelos Poderes Legislativo e Judiciário do Estado de São Paulo, bem como dos demais entes federativos, inclusive os Poderes Executivos destes entes, são classificados em “Contas a receber”.



Valor por quantidade de dias vencidos (*Aging List*):

	30/09/2024	31/12/2023
A vencer	476.571	363.876
Vencidos:	197.164	255.518
De 1 a 30 dias	14.555	59.581
De 31 a 60 dias	2.118	17.132
De 61 a 90 dias	508	25.355
De 91 a 120 dias	3.949	31.352
De 121 a 150 dias	31.385	1.569
De 151 a 180 dias	3.482	3.016
De 181 a 365 dias	67.166	68.953
Maior que 365 dias	74.001	48.560
	673.735	619.394

Abaixo é demonstrada a movimentação da provisão para perda de crédito esperada:

	30/09/2024	31/12/2023
Saldo em 1º de janeiro	147.263	24.163
Provisão para perda de crédito esperada (Nota 21)	29.329	123.100
Reversão da provisão para perda de crédito esperada (Nota 21)	(98.264)	-
	78.328	147.263

7. Valores a receber e a pagar convênios

A Prodesp, empresa pública do Estado de São Paulo e entidade da administração pública indireta, foi qualificada como executora de programas governamentais financiados pelo Estado de São Paulo. Diante desta atribuição, recebe recursos para manutenção das atividades dos programas que não se caracterizam como acréscimos patrimoniais da Companhia. Os programas executados pela Prodesp são conforme segue:

7.1. Poupatempo

Criado em 1997 pelo Decreto nº 41.761/97, o Programa Poupatempo possui como finalidade disponibilizar serviços e atendimento à população através de Postos de Serviços Atendimento inteiramente informatizados, objetivando concentrar em único espaço físico, a prestação de diversos serviços públicos, oferecendo ao cidadão, alto padrão de atendimento, com qualidade e eficiência.

O programa é referência nacional e internacional em inovação e qualidade na prestação de serviços públicos e a Prodesp, desde a inauguração, é a responsável pela implantação, instalação, operação e adequado funcionamento dos postos e gestão dos recursos financeiros repassados pela Secretaria de Gestão e Governo Digital ("SGGD") por meio de convênio, com emissão de notas de débito para ressarcimento/reembolso de despesas referentes à contratação de apoio a execução do Programa.



Diante destas atribuições, considerando que tais transações não pressupõem benefício econômico que resulte no aumento de patrimônio líquido, os recursos financeiros recebidos não representam receitas da Prodesp, sendo controlados em contas patrimoniais do ativo e passivo com prestação de contas mensal à SGGD. Tendo em vista o processo como reembolso, não há incidência tributária.

Os saldos patrimoniais para execução do Programa Poupatempo foram os seguintes:

	<u>30/09/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Ativo		
Caixas e equivalentes (Nota 5)	121.791	89.512
Valores a receber convênios	269.121	279.068
Total	<u>390.912</u>	<u>368.580</u>
Passivo		
Valores a pagar convênios	390.912	368.580
Total	<u>390.912</u>	<u>368.580</u>

Os valores correspondentes a “Valores a receber convênios” estão demonstrados ou descritos abaixo:

	<u>30/09/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Valores a receber - convênio Poupatempo (a)	221.547	232.789
Valores a receber - condomínios Poupatempo (b)	45.255	43.838
Valores a receber - exploração comercial (c)	2.319	2.441
Valores a receber convênios	<u>269.121</u>	<u>279.068</u>

- (a) Valores a receber - convênio Poupatempo: este grupo corresponde às despesas de gerenciamento realizadas nos Postos Poupatempo que aguardam ressarcimento/reembolso;
- (b) Valores a receber - condomínios Poupatempo: são despesas referentes à instalação, operação e adequado funcionamento dos postos que são rateados para o ressarcimento das entidades/órgãos que estão alocados dentro dos postos; e
- (c) Valores a receber – exploração comercial: receitas oriundas de exploração comercial das áreas destinadas a prestação de serviços de apoio. Estes valores são utilizados para pagamentos de despesas que não estão incluídas no ressarcimento do convênio.

Os valores correspondentes a “Valores a pagar convênios” estão demonstrados ou descritos abaixo:

	<u>30/09/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Valores a pagar convênios - fornecedores Poupatempo (a)	62.850	78.246
Valores a pagar convênios (b)	328.062	290.334
Valores a pagar convênios	<u>390.912</u>	<u>368.580</u>

- (a) Valores a pagar convênios - fornecedores Poupatempo: são registrados os valores a pagar referente aquisição de bens e serviços do convênio; e
- (b) Valores a pagar convênios: são registrados neste grupo as contrapartidas aos saldos não utilizados das:
- (i) transferências de recursos efetuadas pela SGGD para manutenção do programa Poupatempo, (ii) das



receitas de exploração comercial, e (iii) receitas de aplicação financeira não utilizados para custeio de despesas do Programa.

Contingências do Programa Poupatempo

Além dos gastos com gerenciamento do programa, existem processos trabalhistas e cíveis. Em caso de condenação, os pagamentos impostos serão de responsabilidade da SGGD, desta forma, a Prodesp não registra provisões para estas contingências.

As exposições do programa Poupatempo são conforme segue:

	30/09/2024	31/12/2023
Processos trabalhistas		
Prováveis	27.846	16.214
Possíveis	20.920	23.607
Remotas	135	434
Processos cíveis		
Prováveis	2.684	3.293
Possíveis	48.949	51.734

7.2. Bolsa do Povo (Decreto estadual nº 65.812/21)

Com início em julho de 2021, o Programa Bolsa do Povo foi criado com o objetivo de concentrar a gestão de benefícios, ações e projetos, com ou sem transferência de renda, instituídos para atendimento de pessoas em situação de vulnerabilidade social no Estado de São Paulo.

Os recursos financeiros não transitam no resultado da Prodesp, sendo controlados em contas patrimoniais do ativo e passivo com emissão de nota de débito conforme o plano de trabalho e prestação de contas mensal.

Os saldos patrimoniais para execução do Programa Bolsa do Povo foram os seguintes:

	30/09/2024	31/12/2023
Ativo		
Caixas e equivalentes (Nota 5)	202.788	237.167
Total	202.788	237.167
Passivo		
Valores a pagar convênios	202.788	237.167
Total	202.788	237.167

A movimentação das contas é controlada em conta patrimonial do ativo e passivo, a conta “Valores a pagar convênios” corresponde aos saldos não utilizados das: (i) transferências de recursos efetuadas pela Secretaria de Desenvolvimento Social do Estado de São Paulo para manutenção do programa Bolsa do Povo e (ii) das receitas de aplicação financeira não utilizados para custeio do convênio.

8. Tributos a recuperar

Os tributos a recuperar estão demonstrados pelos seus respectivos valores de recuperação e são compostos substancialmente por tributos e encargos, atualizados oportunamente pela taxa Selic. A Prodesp recupera seus



créditos tributários por meio de compensação de outros débitos tributários a partir do momento em que esses créditos se tornam administrativamente habilitados para utilização.

	30/09/2024	31/12/2023
Imposto de renda	86.226	56.601
Contribuição social	2.738	12.441
Cofins	4.580	4.787
Pasep	1.177	1.222
INSS	1.868	3.194
Outros	125	120
	96.714	78.365
Circulante	96.380	78.009
Não circulante	334	356

Imposto de renda

O saldo apresentado refere-se a créditos acumulados de retenção na fonte sobre nossos faturamentos e saldo negativo de imposto de renda, no montante de R\$ 86.226 em 30 de setembro de 2024 (R\$ 56.601 em 31 de dezembro de 2023).

Nos primeiros nove meses de 2024, a Prodesp compensou um total de R\$ 35.924 em débitos tributários, utilizando créditos de saldo negativo de imposto de renda (R\$ 2.789 no mesmo período de 2023). Apesar dessas compensações, o saldo de créditos de imposto de renda apresentou um aumento de R\$ 29.625 em relação ao registrado em 31 de dezembro de 2023. Esse acréscimo se deve à ausência de débitos tributários de imposto de renda no período, uma vez que a Prodesp apresentou prejuízo fiscal.

Contribuição social

Nos primeiros nove meses de 2024, a Prodesp compensou um total de R\$ 12.809 em débitos tributários, utilizando créditos da base negativa da contribuição social (não houve compensação no mesmo período de 2023). Devido ao perfil dos clientes da Companhia, majoritariamente, entes públicos estaduais e municipais, não há montantes significativos de créditos oriundos da retenção de contribuição social sobre serviços prestados. O crédito apresentado foi gerado a partir do excesso de pagamentos de estimativas mensais de exercícios anteriores.

9. Despesas antecipadas

A Companhia classifica como despesas antecipadas as aquisições de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) destinadas aos clientes e os pagamentos antecipados a título de SaaS realizados por meio de acordos operacionais com grandes empresas de tecnologia.



Os saldos dessas despesas são apresentados conforme segue:

	<u>30/09/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Fornecimento de licenças/Apoio técnico especializado (a)	53.906	129.452
Segurança cibernética (<i>Cyber Security</i>) (b)	35.848	171.401
Licenças de alta plataforma (c)	10.159	44.878
Outros	440	40
	<u>100.353</u>	<u>345.771</u>
Circulante	92.016	314.768
Não circulante	8.337	31.003

- (a) Serviços de licenças de uso de *softwares* e sistemas de diversos fabricantes e fornecedores para os clientes Prodesp. Esse serviço também inclui o apoio técnico especializado para a instalação, configuração, atualização, manutenção e suporte desses *softwares* e sistemas;
- (b) Serviços que visam proteger os sistemas, as redes, os dados e as informações da Prodesp e de seus clientes contra-ataques cibernéticos, como vírus, *hackers*, *phishing*, *ransomware*, entre outros; e
- (c) Serviços de licenças de uso de *softwares* e sistemas específicos para a alta plataforma da Prodesp, que é composta por computadores de grande porte e alta performance (*mainframes*). Esses computadores são capazes de processar grandes volumes de dados e transações, com alta velocidade e segurança. Permitem que a Prodesp e seus clientes possam usar os *mainframes* de forma eficiente e confiável.

Acordos operacionais

A fim de obter as melhores tecnologias disponíveis no mercado, a Prodesp mantém acordos firmados com grandes empresas do mercado de tecnologia, obtendo descontos significativos e agilizando as contratações de licenças de uso, serviços de suporte e treinamentos técnicos dos programas de *software*. Como parte desses acordos e decorrente de negociações por melhores preços, a Companhia realiza pagamentos antecipados.

Segurança da informação (*Cyber Security*)

A Prodesp, empresa de tecnologia e responsável pelo armazenamento de dados da administração pública, principalmente do Estado de São Paulo, realiza desde 2023, investimentos para aprimorar a proteção digital dos dados armazenados em seu *Data Center*. Esse investimento visa proteger os sistemas, as redes, os dados e as informações da Prodesp e de seus clientes contra-ataques cibernéticos, como vírus, *hackers*, *phishing*, *ransomware*, entre outros.

Movimentação do período

A redução no saldo de despesas antecipadas (R\$ 100.353 em 30 de setembro de 2024 e R\$ 345.771 em 31 de dezembro de 2023) deve-se, principalmente, ao reconhecimento contínuo das despesas associadas aos contratos de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC). Esse reconhecimento reflete a apropriação mensal dos valores ao longo do tempo, conforme o período de prestação dos serviços contratados.



A redução no saldo também é explicada pela ausência de novas contratações significativas em 2024, o que resultou em uma diminuição natural das despesas antecipadas à medida que os contratos vigentes avançam para o final de seus períodos de cobertura. Portanto, a diminuição do saldo reflete o ciclo normal de reconhecimento dessas despesas, sem grandes aquisições ou renovações de contratos no período analisado.

10. Ativos não circulantes mantidos para venda

Durante o exercício de 2023, como parte da busca contínua pela eficiência operacional e pela maximização dos recursos da Prodesp, a Administração reorganizou as estruturas físicas da Companhia migrando os postos de trabalho da unidade Mooca para a Sede, assim, decidiu encerrar as atividades operacionais e administrativas na unidade Mooca e, após aprovação do Conselho de Administração em reunião no dia 17 de novembro de 2023, iniciou os procedimentos para alienação do imóvel. A desocupação e venda do imóvel proporciona à Prodesp uma economia de R\$ 10 milhões por ano, que deixa de ser gastos na manutenção do conjunto imobiliário, além disto, evita gastos estimados em R\$ 70 milhões na estrutura predial, necessários devido a deterioração do prédio pelo tempo de uso.

A Prodesp espera recuperar o valor contábil do ativo por meio da alienação, desta forma, desocupou o prédio mantendo-o disponível para venda nas condições em que se encontra.

Em dezembro de 2023, após aprovação do Conselho de Administração e disponibilização do imóvel para alienação e em conformidade com o CPC 31 - Ativo não circulante mantido para venda e operação descontinuada, os processos de depreciação foram cessados e os saldos residuais reclassificados do ativo imobilizado para ativo não circulante mantido para venda no balanço patrimonial, conforme segue:

	<u>30/09/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Imobilizado (Nota 11)		
Edifícios	2.994	2.994
Terrenos	2.884	2.884
Instalações	2.244	2.244
Outros ativos	1.732	-
	<u>9.854</u>	<u>8.122</u>

A Prodesp contratou avaliadores independentes para estimar o valor justo do imóvel da Mooca, após avaliação, constatou-se que os registros contábeis não estavam superavaliados, ou seja, os saldos residuais apurados estavam adequados para fins de apresentação no balanço patrimonial.

Impactos em 2024

No terceiro trimestre de 2024, a Prodesp continuou com os procedimentos para a venda do imóvel da Mooca. A manutenção do imóvel disponível para venda também reflete a estratégia da Prodesp de otimizar seus recursos e reduzir custos operacionais. A alienação do imóvel está prevista para ocorrer 2024.



11. Imobilizado

Os saldos patrimoniais e movimentações do imobilizado foram as seguintes:

a. Saldos patrimoniais

	Tx. anual de depreciação	30/09/2024			31/12/2023		
		Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Máq. e equipamentos	20%	600.542	(512.114)	88.428	593.119	(482.086)	111.033
Instalações	10%	132.004	(103.657)	28.347	118.783	(99.180)	19.603
Móveis e utensílios	10%	61.821	(45.827)	15.994	61.776	(44.840)	16.936
Benfeitorias	4%	70.812	(66.028)	4.784	70.812	(65.573)	5.239
Terrenos		3.257	-	3.257	3.257	-	3.257
Edifícios	4%	46.628	(46.122)	506	46.630	(46.102)	528
Total		915.064	(773.748)	141.316	894.377	(737.781)	156.596

b. Movimentação

	31/12/2023	Aquisição	Baixas/ Transferências	Depreciação	Transf. para ativo mantido para venda (Nota 10)	30/09/2024
Máq. e equipamentos	111.033	19.596	(12.156)	(30.029)	(16)	88.428
Instalações	19.603	15.847	(2.627)	(4.476)	-	28.347
Móveis e utensílios	16.936	3.274	(1.514)	(986)	(1.716)	15.994
Benfeitorias	5.239	-	-	(455)	-	4.784
Terrenos	3.257	-	-	-	-	3.257
Edifícios	528	-	(2)	(20)	-	506
Total	156.596	38.717	(16.299)	(35.966)	(1.732)	141.316

	31/12/2022	Aquisição	Baixas/ Transferências	Depreciação	Transf. para ativo mantido para venda (Nota 10)	30/09/2023
Máq. e equipamentos	143.638	26.753	(134)	(50.635)	-	119.622
Instalações	24.217	2.068	-	(4.727)	-	21.558
Móveis e utensílios	15.993	2.901	(92)	(2.324)	-	16.478
Terrenos	6.141	-	-	-	-	6.141
Benfeitorias	5.834	-	(7)	(483)	-	5.344
Edifícios	3.574	-	-	(263)	-	3.311
Veículos	229	-	(229)	-	-	-
Outras imobilizações	376	-	(6)	-	-	370
Total	200.002	31.722	(468)	(58.432)	-	172.824

A Companhia não identificou indicativos ou evidências de desvalorização, bem como, alterações na vida útil dos ativos imobilizados em 30 de setembro de 2024.



12. Intangível

Os saldos patrimoniais e movimentações do intangível foram as seguintes:

a. Saldos patrimoniais

	30/09/2024			31/12/2023		
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Custo	Amortização acumulada	Líquido
Software	453.710	(374.554)	79.156	440.497	(335.634)	104.863
Software em desenvolvimento	14.638	-	14.638	-	-	-
Total	468.348	(374.554)	93.794	440.497	(335.634)	104.863

b. Movimentação

As amortizações são registradas de acordo com a vida útil, com taxas anuais de 20% a 50%.

	31/12/2023	Aquisições	Baixas/ Transferências	Amortização	30/09/2024
Software	104.863	14.603	(1.390)	(38.920)	79.156
Software em desenvolvimento (a)	-	14.669	(31)	-	14.638
Total	104.863	29.272	(1.421)	(38.920)	93.794

	31/12/2022	Aquisições	Baixas/ Transferências	Amortização	30/09/2023
	(Reapresentado)				
Software	121.766	24.832	(1.302)	(33.324)	111.972
Total	121.766	24.832	(1.302)	(33.324)	111.972

(a) Em 2024, a Prodesp deu início ao desenvolvimento do Portal dos Credenciados do Detran-SP, uma plataforma digital projetada para fornecer informações, integrar operações e facilitar o relacionamento com os agentes regulados pelo Detran-SP.

A Companhia não possui ativos intangíveis com vida útil indefinida, bem como não identificou indicativos ou evidências de desvalorização e alterações na vida útil dos seus ativos intangíveis em 30 de setembro de 2024.

13. Fornecedores

A Prodesp registra em fornecedores valores a pagar decorrente de aquisições de bens e serviços. Os passivos registrados são apresentados conforme segue:

	30/09/2024	31/12/2023
Circulante	338.876	451.564
Não circulante	4.044	6.969
	342.920	458.533



14. Salários e encargos sociais

	30/09/2024	31/12/2023
Férias	49.312	50.542
13º salário	22.434	-
Programa de participação nos resultados (PPR)	17.776	17.870
INSS	8.046	8.177
FGTS	1.180	2.357
Outros	-	2.380
	98.748	81.326

15. Obrigações fiscais

	30/09/2024	31/12/2023
Cofins diferido (a)	27.281	13.491
Cofins a pagar	2.494	6.613
Pasep diferido (a)	5.815	2.929
Pasep a pagar	638	1.424
ISS	11.811	7.328
IRRF	5.889	14.342
INSS retido na fonte	4.948	5.052
IRPJ	-	2.218
CSLL	-	5.690
Outros tributos	309	330
	59.185	59.417

(a) A Prodesp em conformidade com a Lei nº 10.833/03, passou a postergar (diferir) o pagamento de Pasep e Cofins incidentes sobre receitas auferidas contra pessoa jurídica de direito público, com isto, o recolhimento do Pasep e Cofins passa a ser exigido no recebimento.

16. Provisão para contingências

Com base na análise individual dos processos ajuizados contra a Companhia e suportadas por opinião de seus assessores jurídicos, foram constituídas provisões de naturezas trabalhistas e cíveis no passivo não circulante, para riscos com perdas consideradas prováveis. As estimativas utilizadas para constituição das provisões para contingências podem variar em relação aos valores a serem desembolsados em caso de desfecho desfavorável das discussões judiciais em andamento. A Administração da Companhia, fundamentada na opinião de seus assessores jurídicos, estima que o efetivo desembolso das referidas provisões para riscos trabalhistas e cíveis ocorrerá em até 5 anos, sendo certo de que o andamento processual depende de fatores externos, fora do controle da Companhia.

	31/12/2023	Adições	Baixas/ Reversões	Atualização monetária	30/09/2024
Trabalhistas	23.208	8.326	(10.020)	11.018	32.532
Cíveis	14.387	1.491	(8.765)	726	7.839
Total	37.595	9.817	(18.785)	11.744	40.371

	31/12/2022	Adições	Baixas/ Reversões	Atualização monetária	30/09/2023
Trabalhistas	21.467	1.920	(1.211)	-	22.176
Cíveis	11.551	3.050	(604)	-	13.997
Tributárias	2.764	-	(2.764)	-	-
Total	35.782	4.970	(4.579)	-	36.173



Processos trabalhistas

As ações trabalhistas quando iniciadas são consideradas com probabilidade de perda possível. Foram criados critérios de provisionamento dos processos conforme a fase (processo novo, decisões de mérito e execução), as ações são reclassificadas com probabilidade de perda provável, possível ou remota, dependendo do teor da decisão e considerando o histórico de perdas em ações similares. As ações trabalhistas propostas por empregados atuais e desligados da Prodesp, bem como de suas prestadoras de serviços, correspondem à discussão de inúmeras verbas, tais como: diferenças salariais e de horas extras; equiparação salarial; reintegração; plano de saúde; multas normativas; e benefícios previstos em convenções coletivas, dentre outras.

Processos tributários

Em 2023, após avaliação em conjunto com os assessores jurídicos, a Administração determinou a adesão da Prodesp ao Programa de Redução de Litigiosidade Fiscal (PRLF) ou “Litígio Zero” da União extinguindo débitos tributários (incorporados da IMESP) cobrados pela Receita Federal do Brasil (RFB) e, por conseguinte, extinção dos processos de cobranças. A decisão proporcionou à Companhia uma redução de 72% no débito exigido pela RFB, sendo recolhido montante de R\$ 966 com um desconto de R\$ 807 referente às multas e R\$ 1.624 refere aos juros.

Passivos contingentes cuja probabilidade de perda é avaliada como possível

A Companhia possui contingências judiciais cuja expectativa de perda, avaliada pela Administração da Companhia e suportada pelos assessores jurídicos, está classificada como possível e, portanto, nenhuma provisão foi constituída. Em 30 de setembro de 2024, as contingências classificadas com probabilidade de perda possível, totalizaram R\$ 183.122 (R\$ 116.319 em 31 de dezembro de 2023).

	<u>30/09/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Trabalhistas	61.630	36.056
Cíveis	120.365	80.263
Tributárias	1.127	-
	<u>183.122</u>	<u>116.319</u>

17. Patrimônio líquido

17.1. Capital social

O capital social da Companhia, totalmente integralizado, é de R\$ 744.841 em 30 de setembro de 2024 (R\$ 668.232 em 31 de dezembro de 2023).

Em 18 de abril de 2023, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária, o grupamento de ações proposto pela administração da Companhia na proporção de 1.000 (mil) para 1 (uma) ação. Assim, o total de ações da



Companhia passou de 12.443.221.271 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal para 12.443.221 ações ordinária, nominativas e sem valor nominal totalmente integralizadas.

Em 23 de abril de 2024, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária, o aumento do valor do capital social em R\$ 76.609.

Em 2 de julho de 2024, a Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp) doou para a Prodesp 14 ações ordinárias, com um valor patrimonial de R\$ 890,73 (oitocentos e noventa reais e setenta e três centavos) em 31 de dezembro de 2023, em decorrência de seu processo de privatização. As ações foram registradas no livro de transferências da Prodesp como ações em tesouraria.

Em 30 de setembro de 2024, a posição acionária da Companhia é composta conforme segue:

Acionista	Quantidade de ações	Percentual de participação
Acionista controlador	12.410.805	99,74%
Estado de São Paulo	12.410.805	99,74%
Acionistas minoritários	32.392	0,26%
São Paulo Previdência (SPPREV)	32.363	0,26%
Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (Cetesb)	14	0,00%
Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo (Ceagesp)	1	0,00%
Ações em tesouraria	38	0,00%
	12.443.221	100,00%

17.2. Reserva legal

Consiste na razão de 5% do lucro líquido apurado no exercício até o limite de 20% do capital social e a Companhia poderá deixar de constituir a reserva legal no exercício em que o saldo dessa reserva acrescido do montante das reservas de capital exceder de 30% do capital social, nos termos do artigo 193 caput e § 1º da Lei Federal nº 6.404/76. Essa reserva poderá ser utilizada para aumento de capital ou compensar prejuízos, porém não poderá ser utilizada para distribuição de dividendos.

O saldo da reserva legal é de R\$ 10.721 em 30 de setembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023.

17.3. Dividendos e juros sobre capital próprio

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, de 23 de abril de 2024, foi aprovada a distribuição de lucros do exercício 2023 no montante de R\$ 41.637 na forma de juros sobre capital próprio ("JCP").

O item 5 da Política de Dividendos, disponível no site da Prodesp, bem como, o artigo 45 do Estatuto Social da Companhia, prevê a distribuição de dividendo mínimo obrigatório correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, após as deduções determinadas ou admitidas em lei.

A Prodesp prioriza a distribuição de lucros sob a forma de juros sobre capital próprio para utilização de benefício fiscal, conforme artigo 9º da Lei Federal nº 9.249/95. Os JCP são pagos após deliberação em Assembleia Geral Ordinária. Em 2024, não houve o reconhecimento de juros sobre capital próprio devido ao prejuízo



acumulado pela Companhia e em 30 de setembro de 2023, foi registrado o montante de R\$ 44.219. A movimentação das distribuições de lucros ocorridas em 2024 é conforme segue:

	30/09/2024	31/12/2023
Saldo em 1º de janeiro	41.637	28.745
Distribuições propostas		
Juros sobre o capital próprio	-	41.637
Lucros distribuídos		
(-) JCP e dividendos pagos de exercício anterior	(41.637)	(28.745)
	-	41.637

A legislação fiscal permite que as companhias procedam o pagamento de juros sobre o capital próprio, dentro de certos limites, aos acionistas e tratando-os como despesa dedutível para fins de apuração do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro. Desta forma, em 2023, os tributos foram reduzidos em R\$ 14.157.

18. Receita operacional líquida

Prestação de serviços e vendas substancialmente para os clientes da Administração Direta e Indireta que têm como base a dotação e respectivas suplementações orçamentárias constantes do Orçamento do Estado de São Paulo e/ou demais interessados. Evidenciados abaixo pela receita bruta e suas respectivas deduções para apuração da receita líquida apresentada na demonstração de resultado da Companhia:

	Trimestre findo em		Noves meses findos em	
	30 de setembro		30 de setembro	
	2024	2023	2024	2023
Receitas				
Soluções de <i>cyber security</i> , hiperautomação e outras	296.776	71.533	564.037	198.034
Desenvolvimento e manutenção de <i>software</i>	220.019	200.493	541.155	529.091
<i>Outsourcing</i> TIC	88.992	135.827	270.151	320.668
Processamento de dados de alta plataforma	51.291	50.967	147.405	147.735
<i>Multicloud</i>	41.494	45.990	120.948	127.725
Serviços de postagem	26.738	32.229	77.724	79.629
Diário Oficial	22.941	29.168	74.357	98.290
Digitalização de documentos	5.979	4.171	21.953	21.851
Coleta biométrica (a)	-	37.272	-	147.355
Outras receitas	30.866	27.912	91.108	87.773
	785.096	635.562	1.908.838	1.758.151
Deduções				
Cofins	(58.398)	(46.711)	(140.842)	(128.168)
Pasep	(12.678)	(10.104)	(30.577)	(27.825)
ISS	(16.213)	(13.264)	(39.083)	(36.303)
Descontos	(6.724)	(9.378)	(26.114)	(33.375)
Vendas canceladas	(2.429)	-	(8.327)	-
	(96.442)	(79.457)	(244.943)	(225.671)
	688.654	556.105	1.663.895	1.532.480



(a) No exercício de 2024, os serviços de coleta biométrica que anteriormente eram faturados diretamente aos clientes passaram a ser custeados pela Prodesp.

O ambiente de austeridade orçamentária levou nossos clientes públicos a priorizarem investimentos em soluções que ofereçam maior valor agregado e eficiência operacional. Isso exige da Prodesp uma adaptação estratégica para atender às novas expectativas dessas entidades em um cenário de restrições fiscais.

Adicionalmente, determinados serviços que anteriormente eram faturados aos clientes passaram a ser custeados pela Prodesp, impactando negativamente o resultado do período. Por exemplo, a receita do serviço de coleta biométrica, cuja receita seria de R\$ 152.293 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2024, foi descontinuada até 30 de setembro de 2024, resultando em ausência de faturamento nessa linha.

19. Custo dos serviços prestados

	Trimestre findo em 30 de setembro		Nove meses findos em 30 de setembro	
	2024	2023	2024	2023
		(Reclassificado)		(Reclassificado)
Atualização e subscrição de software	(296.299)	(88.726)	(682.503)	(261.567)
Serviços de terceiros e assistência técnica especializada	(188.537)	(241.221)	(579.527)	(655.594)
Custos com pessoal				
Salários	(45.845)	(53.912)	(140.279)	(145.068)
Encargos sociais	(28.881)	(34.337)	(92.106)	(93.841)
Benefícios e outros	(18.185)	(12.671)	(58.961)	(36.202)
Depreciação e amortização	(23.365)	(31.014)	(76.097)	(80.410)
Locação e manutenção de equipamentos	(2.647)	(5.142)	(8.773)	(14.141)
Outros custos	(1.603)	(1.412)	(5.029)	(6.001)
	(605.362)	(468.435)	(1.643.275)	(1.292.824)

20. Despesas com vendas, gerais e administrativas

	Trimestre findo em 30 de setembro		Nove meses findos em 30 de setembro	
	2024	2023	2024	2023
		(Reclassificado)		(Reclassificado)
Despesas com pessoal				
Salários	(21.044)	(11.121)	(61.839)	(47.856)
Encargos sociais	(13.071)	(6.222)	(38.960)	(29.587)
Benefícios e outros	(12.010)	(11.037)	(29.819)	(34.664)
Serviços de terceiros	(4.701)	(8.228)	(14.082)	(27.141)
Depreciação e amortização	(1.658)	(1.468)	(4.835)	(4.426)
Energia elétrica	(760)	(1.095)	(2.459)	(2.723)
Licenças de software	(819)	(328)	(2.302)	(1.791)
Outras despesas	(3.287)	(2.575)	(9.284)	(6.950)
	(57.350)	(42.074)	(163.580)	(155.138)



22. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

A Prodesp registra no grupo de outras receitas (despesas) operacionais líquidas os ganhos ou perdas de transações que não constituam as atividades ordinárias da Companhia, ou seja, engloba os resultados das atividades acessórias do objeto de atividade da Prodesp e é composto conforme segue:

	Trimestre findo em 30 de setembro		Nove meses findos em 30 de setembro	
	2024	2023	2024	2023
		(Reclassificado)		(Reclassificado)
Reversão (provisão) para perda de crédito esperada (a)	4.037	(1.635)	68.935	(6.494)
Outras receitas (despesas) operacionais	3.199	(13.611)	512	(635)
	7.236	(15.246)	69.447	(7.129)

- (a) O resultado de nove meses de 2024 refere-se à reversão de provisão para perda de crédito esperada, inicialmente constituídas em 2023, em função da expectativa de inadimplência. Contudo, devido a esforços intensivos nas negociações de cobrança, a Companhia conseguiu recuperar esses valores.

23. Resultado financeiro líquido

	Trimestre findo em 30 de setembro		Nove meses findos em 30 de setembro	
	2024	2023	2024	2023
Aplicações financeiras	2.972	7.688	12.142	22.623
Receita de juros e correção monetária	1.628	2.032	10.296	3.956
Variações monetárias ativas	-	98	-	291
	4.600	9.818	22.438	26.870
Variações monetárias passivas	(11.062)	-	(11.802)	(4)
Juros	(6)	(2)	(11)	(196)
	(11.068)	(2)	(11.813)	(200)
	(6.468)	9.816	10.625	26.670



24. Imposto de renda e contribuição social

24.1. Reconciliação do efeito de imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro

Os valores registrados como despesa de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido nas demonstrações financeiras estão constituídos sobre o lucro tributável de acordo com legislação vigente, sendo calculados com base nas alíquotas nominais de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social sobre o lucro líquido.

	Trimestre findo em 30 de setembro		Nove meses findos em 30 de setembro	
	2024	2023	2024	2023
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	28.101	40.258	(61.864)	104.377
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais (34%)	(9.554)	(13.688)	21.034	(35.488)
Efeitos de benefícios fiscais	-	208	28	869
Diferenças permanentes:				
Juros sobre capital próprio	-	11.297	-	15.034
Despesas indedutíveis	142	11.470	(1.011)	(2.780)
Outras	(1.019)	3.672	(1.047)	945
Imposto de renda e contribuição social	(10.431)	12.959	19.004	(21.420)
Imposto de renda e contribuição social correntes	-	6.350	-	(30.409)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(10.431)	6.609	19.004	8.989
	(10.431)	12.959	19.004	(21.420)
Alíquota efetiva	37,12%	32,19%	30,72%	20,52%

24.2. Composição e movimentação do ativo de imposto de renda e contribuição social diferidos

Os ativos fiscais diferidos cuja dedutibilidade seja provável são reconhecidos com relação às diferenças tributáveis, ou seja, diferenças que resultarão em valores a serem excluídos no cálculo do resultado tributável do imposto de renda e da contribuição social de exercícios futuros, quando o valor do ativo for recuperado.

Os impostos foram constituídos considerando as alíquotas vigentes e são compostos conforme segue:

	31/12/2023	Demonstração do resultado	Convênios	30/09/2024
Prejuízo fiscal e base de cálculo negativa	-	139.471	(15.693)	123.778
Provisão para perda de crédito esperada	50.069	(24.326)	-	25.743
Contingências	12.782	944	-	13.726
Provisão para pagamento de participação nos lucros	6.076	(32)	-	6.044
Provisão para perdas no recebimento de outros ativos	1.427	-	-	1.427
Provisão para desvalorização de investimentos	964	-	-	964
Receita reconhecida CPC 47 (a)	-	(97.053)	-	(97.053)
Ativo fiscal diferido	71.318	19.004	(15.693)	74.629

- (a) A Prodesp reconhece suas receitas com base no valor que espera receber em contrapartida pelos serviços prestados e registra tributos diferidos sobre a diferença entre a receita calculada de acordo com a legislação tributária e a receita mensurada conforme as diretrizes do CPC 47.



	31/12/2022	Transf. IMESP (Nota 8)	Demonstração do resultado	30/09/2023
Contingências	2.650	6.207	3.465	12.323
Provisão para perda de crédito esperada	1.151	-	9.272	10.423
Provisão para pagamento de participação nos lucros	8.172	-	(2.320)	5.852
Provisão para perdas no recebimento de outros ativos	2.778	-	(1.351)	1.427
Provisão para desvalorização de investimentos	1.046	-	(78)	968
Ativo fiscal diferido	15.797	6.207	8.989	30.993

25. Lucro por ação

O cálculo do lucro por ação básico é feito por meio da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Prodesp, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

Em 18 de abril de 2023, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária, o grupamento de ações proposto pela administração da Companhia na proporção de 1.000 (mil) para 1 (uma) ação. Assim, o total de ações Companhia passou de 12.443.221.271 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal para 12.443.221 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal totalmente integralizadas (Nota 17.1).

A Prodesp não possui itens com efeitos potenciais de conversões de instrumentos ou direitos em ações que possam alterar a remuneração por ações dos atuais detentores, assim, o resultado diluído por ação é o mesmo do resultado básico por ação. O quadro a seguir apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos lucros por ação básico e diluído:

	Trimestre findo em 30 de setembro		Nove meses findos em 30 de setembro	
	2024	2023	2024	2023
Lucro líquido (prejuízo) do período	17.670	53.217	(42.860)	82.957
Média ponderada da quantidade de ações	12.443.221	12.443.221	12.443.221	12.443.221
Lucro (prejuízo) básico e diluído por lote de mil ações	1,42	4,28	(3,44)	6,67

26. Saldos e transações com partes relacionadas

A Companhia participa de transações com seu acionista controlador, a Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo, e empresas/entidades a ele relacionadas, conforme item 2 da sua Política de Transações com Partes Relacionadas, em conformidade com inciso VII, artigo 8º, da Lei Federal nº 13.303/16.



26.1. Saldos a receber e a pagar

Os saldos a receber, decorrentes de transações com partes relacionadas, estão registrados nas rubricas “Contas a receber de clientes” e “Valores a receber convênios” do balanço patrimonial e nas Notas 6 e 7 deste documento.

	30/09/2024	31/12/2023
Administração direta	403.861	500.130
Administração indireta	41.982	50.771
Contas a receber de partes relacionadas (Nota 6)	445.843	550.901
Provisão para perda de crédito esperada	(72.591)	(141.599)
Contas a receber de partes relacionadas, líquidas	373.252	409.302
Valores a receber convênios - Poupatempo (Nota 7.1)	269.121	279.068
Saldo a receber de partes relacionadas	642.373	688.370
Valores a pagar convênios – Poupatempo (Nota 7.1.b)	328.062	290.334
Valores a pagar convênios – Bolsa do Povo (Nota 7.2)	202.788	237.167
Saldo a pagar para partes relacionadas	530.850	527.501

26.2. Serviços prestados para partes relacionadas

	Nove meses findos em 30 de setembro	
	2024	2023
Administração direta	1.026.323	1.230.440
Administração indireta	164.913	137.023
	1.191.236	1.367.463

26.3. Contrato de cessão de pessoal

A Companhia possui contratos de cessão de empregados com entidades ligadas ao Governo do Estado de São Paulo, registrados na rubrica “Outros ativos circulantes” do balanço patrimonial, sendo que os gastos são integralmente repassados e reembolsados monetariamente.

A composição dos valores pendentes de recebimento referente a funcionários cedidos está demonstrada a seguir:

	30/09/2024	31/12/2023
Secretaria de Governo e Relações Institucionais	135	41
Secretaria da Fazenda e Planejamento	70	65
Casa Civil	33	9
Secretaria Gestão e Governo Digital	33	-
Município de São Vicente	18	31
Secretaria Especial de Relações Internacionais	-	30
	289	176

26.4. Remuneração da administração

A política de remuneração dos administradores é estabelecida de acordo com diretrizes do Governo do Estado de São Paulo, por meio das deliberações Conselho de Defesa dos Capitais do Estado (CODEC) nº 001/2024



e nº 001/2023 em 2023, e baseada no desempenho e competitividade de mercado, relacionados ao negócio da Companhia estando sujeita à aprovação dos acionistas na Assembleia Geral Ordinária.

Os gastos relacionados à remuneração dos membros da Diretoria Executiva, do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Comitê de Auditoria, com os montantes de 30 de setembro de 2024 e 2023 registrados na rubrica “Salários”, foram de R\$ 4.294 e R\$ 3.122, conforme demonstrado abaixo:

	Nove meses findos em 30 de setembro	
	30/09/2024	30/09/2023
Diretoria Executiva	2.602	1.711
Conselho de Administração	869	633
Comite de Auditoria Estatutária	533	559
Conselho Fiscal	290	219
	4.294	3.122

Os números de membros dos colegiados nos períodos, eram:

	Nove meses findos em 30 de setembro	
	30/09/2024	30/09/2023
Conselho de Administração	11	10
Diretoria Executiva	7	6
Conselho Fiscal	5	3
Comite de Auditoria Estatutária	4	4
Total	27	23

Conforme estatuto da Companhia integrará o Conselho de Administração o Diretor-Presidente, além de um membro do Comitê de Auditoria de órgão técnico que deverá optar neste caso, por uma das remunerações.

26.5. Juros sobre capital próprio

Os saldos a pagar de Juros Sobre Capital Próprio estão registrados na rubrica “Juros sobre o capital próprio” do balanço patrimonial e detalhados na Nota 17.3.

27. Cobertura de seguros

A Prodesp tem a política de contratar coberturas de seguros nos montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros. As coberturas de seguros são conforme segue:

Ramo	Tipo de cobertura	30/09/2024	31/12/2023
Riscos nomeados	Empresarial/Master (multirrisco)/Incêndio/Roubo	616.215	578.658
Seguro de vida (a)	Vida empresarial	113.920	109.493
D&O - Directors and Officers	Responsabilidade civil	30.000	12.500
Veículos	Veículos	1.400	500
E&O - Certificados	Responsabilidade civil	1.000	1.000
Outros	Transportes	150	150
		762.685	702.301

(a) Importância segurada calculada com base na quantidade de funcionários nas datas bases.



28. Relacionamento com auditoria externa

A Prodesp possui um contrato de auditoria externa com a BDO RCS Auditores Independentes, empresa que examina e emite opinião sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia, de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade e os Padrões Internacionais de Relatório Financeiro (*IFRS*). Este contrato abrange a auditoria dos exercícios de 2024, 2025 e 2026, assegurando continuidade e profundidade nas análises e revisões.

A Prodesp também mantém uma relação transparente e ética com os auditores independentes, fornecendo todas as informações e documentos necessários para a realização dos trabalhos de auditoria, bem como atendendo às recomendações e às sugestões de melhoria apresentadas pelos auditores. A Prodesp reconhece a importância da independência dos auditores independentes para a credibilidade e a confiabilidade das Demonstrações Financeiras da Companhia, bem como para a proteção dos interesses dos acionistas, dos credores e da sociedade em geral. A empresa de auditoria externa não realizou serviços de consultoria.

29. Aprovação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras, as quais contemplam os eventos subsequentes ocorridos após 30 de setembro de 2024, têm sua aprovação pelo Conselho de Administração conforme ata de reunião realizada no dia 29 de novembro de 2024.

assinado digitalmente por
GLAUBER ALEIXO FREDIANI
Gerente de Controladoria

assinado digitalmente por
MATHEUS ROMUALDO DE JESUS
Contador CRC n.º SP-328640/O-4



Sua conexão com o futuro.